



# Gênero em **PAUTA**

Desconstruindo violências,  
construindo novos caminhos



Katia Maria Belisário  
coordenação e organização

Dione D. Moura

Liziane Soares Guazina  
organização

*Appris*  
Editora

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes  
Bibliotecária CRB 9/870

G326g 2019 Gênero em pauta: desconstruindo violências, construindo novos caminhos / Katia Maria Belisário, Dione O. Moura, Liziane Guazina (Organizadoras) - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019.  
243 p. ; 27 cm (Educação e Direitos Humanos: Diversidade de Gênero, Sexual, 243 p. ; 27 cm (Educação e Direitos Humanos: Diversidade de Gênero, Sexual,  
Inclui bibliografias  
ISBN 978-85-473-2055-3  
1. Identidade de gênero. 2. Violência. 3. Discriminação de sexo. I. Belisário, Katia Maria, org. II. Moura, Dione O., org. III. Guazina, Liziane, org. IV. Título. V. Série.

CDD – 305.3

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT.

Editora e Livraria Appris Ltda.  
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês  
Curitiba/PR – CEP: 80810-002  
Tel: (41) 3156-4731 | (41) 3030-4570  
<http://www.editoraappris.com.br/>

The logo for Appris Editora, featuring the word "Appris" in a large, stylized, cursive font, with the word "Editora" in a smaller, simpler font underneath it.

ARAÚJO, Valmir Teixeira. Contribuições da análise do enquadramento noticioso para as pesquisas em comunicação. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

BANDEIRA, Lourdes M.; VIEIRA, Larissa; CAMPOS, Sofia Guimarães. O enquadramento midiático dos crimes de feminicídio no Brasil: o padrão de reprodução e a invisibilidade de mulheres assassinadas. Texto apresentado no GT No. 11 – Género, Feminismos y sus aportes a las Ciencias Sociales, no XXXI Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS, Montevideu, Anais... dez. 2017.

CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. Revista Opinião Pública. v. 20 n. 3 Campinas Dec. 2014.

GOFFMAN, Erving. Os enquadramentos da experiência social. . Petrópolis: Vozes, 2012.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. Revista Debates, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

HANGAI, Luis Antonio. A Framing Analisis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação. Revista Açãomidiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura. UFPR, Curitiba, v. 2. n. 1. 2012.

KELLNER, Douglas. A cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: Edusp, 2001.

LESSA, Maria de Fátima P.; SILVA, Ivone Maria Ferreira da. O Enquadramento Noticioso da Violência na Imprensa de Cuiabá. Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste (12 a 14 de junho de 2017).

MIGUEL, Luís Felipe. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. Comunicação & Política, Rio de Janeiro, v. VI, n. 2-3, p. 119-138, 1999.

PORTO, Mauro P. “Enquadramentos da mídia e política”. In: RUBIM, A. A. (Org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; NOVO, Helerina Aparecida. Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. Revista Estudos de Psicologia, n. 8, v. 3, 2003, p. 491 – 497.

Sites consultados

- <https://www.meusdicionarios.com.br/feminicidio>. Acesso em: 2 abr. 2018.

- <https://www.significados.com.br/feminicidio/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

- <https://conceitos.com/feminicidio/>. Acesso em: 30 mar. 2018.

-<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/feminicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/>. Acesso em: 30 mar. 2018.

## **“IDEOLOGIA DE GÊNERO”, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA**

## Introdução

As reflexões sobre gênero e sexualidade sempre estiveram inseridas em intensos campos de batalha, quer sejam acadêmicos, políticos, estatais ou institucionais, por apontarem criticamente a arraigada estrutura e as dinâmicas do poder nas sociedades patriarcais e, em particular, nas modernas. Essas sociedades se fundam e se organizam a partir da centralidade da representação do essencialismo e binarismo biológico, atribuídos às categorias mulher-homem. Compreender essa representação atribuída à diferença sexual e sua conseqüente valoração e prestígio contextual é fundamental para se realizar o desmonte do controle dos corpos, da manutenção do poder e da distribuição injusta dos recursos necessários a todas as formas de vida no planeta. Afinal, o estabelecimento dessa diferença, interseccionada com outros marcadores sociais de desigualdades (tais como raça e classe social), é um ato político, significando liberdade e superioridade para homens; sujeição e inferioridade para mulheres e grupos feminizados (crianças, idosas/os, pessoas LGBTQs e outros).

Atualmente, as investidas empreendidas por movimentos, organizações e pessoas contrárias à, por estes denominada, “ideologia de gênero” tem merecido um olhar atento. Com ofensas agressivas e manipuladoras a essa dita “ideologia de gênero” e conclames à sociedade contra um inimigo em comum, vozes moralistas, conservadoras, doutrinárias cristãs e heterofamilistas desqualificam e estigmatizam pensadoras/es feministas e dos estudos de gênero, queer e outros, além de deturparem e deslegitimarem conceitos, a começar pelos próprios termos que compõem essa expressão e outras equivalentes, tal qual “teoria de gênero”.

Em seus discursos midiáticos, religiosos e educacionais, por exemplo, gênero aparece como uma mera opção, uma linha de pensamento, um item que pode, ou não, ser tomado em conta pelo sujeito e pelos grupos sociais. Desse modo, evita-se repensar as representações violentas e opressivas, transformando o tema em um problema específico de grupos minoritários, ressentidos e problemáticos: mulheres fora das normas, masculinidades

dissidentes, lésbicas, gays, transexuais, enfim, todos que fogem aos estereótipos heterossexistas da mulher mãe submissa e do homem empreendedor, dominador, provedor e autônomo. Paralelamente, ideologia tem sido apresentada ao senso comum enquanto uma perspectiva fantasiosa e dogmática da realidade, ideias que tomariam conta do pensamento das pessoas de maneira perniciosa e destrutiva do âmago de suas humanidades.

Contudo, o ponto de vista do conjunto de estudos feministas e de gênero é justamente desconstrutivo das narrativas de ahistoricização e descontextualização cultural-econômica dessas relações sociais, logo nada ilusório ou inquestionável, nada amarrado a apenas uma formulação teórica. Esse ponto de vista coloca sob indagação as premissas simbólicas e práticas que informam e conformam as identidades, os comportamentos, os sentimentos, os papéis e as funções sociais dos indivíduos e das famílias. As premissas têm sido discutidas pelos referidos estudos e por diversas teorias por serem justamente tomadas como verdades do Estado, da Igreja e do mercado, entidades promovedoras da adoção de modelos únicos à existência humana em políticas públicas, serviços, mensagens, enfim, em ações realizadas pelas mãos autorizadas de seus agentes para disciplinar a sociedade.

Nesse cenário das acusações de “ideologia de gênero”, o presente texto tece uma aproximação preliminar a seu respeito em alguns espaços sociais comuns entre Brasil e Argentina, perguntando sobre Comunicação e Educação a partir de processos epistêmicos oriundos do entendimento da categoria gênero pela ótica desconstrutivista feminista. Ou seja, o texto procura refletir em torno do campo comunicacional pela sua perspectiva pedagógica, que ensina ao público um tipo de (in)sensibilidade e (des)entendimento, possui capacidade de influir no imaginário social, disseminar representações sobre o mundo e as identidades, bem como refletir em torno do campo educativo a partir de sua dimensão também pedagógica, discursiva e produtora de sentidos nessas sociedades.

Embora os meios de comunicação sejam eventualmente acusados por adeptos da “ideologia de gênero” de com ela compactuarem e a difundirem em publicidades, programas e novelas<sup>9</sup>, o modo pelo qual violências e discriminações de gênero são abordadas, por seu intermédio, corrobora para a manutenção de valores e princípios do patriarcado, acabando por também

atuar na geração de violência simbólica e no desmonte de importantes apontamentos dos estudos feministas e de gênero. Os meios de comunicação mostram-se, então, um campo ambíguo e de fácil manipulação do mercado para agregar diferentes grupos ao redor de seus produtos, ainda que por via de polêmicas. Já, no campo da educação, a ofensiva contra o que vem sendo chamado de “ideologia de gênero” se apresenta bastante explícita, aguerrida, uma bandeira de luta ferrenha nos dois países. Segundo Miguel (2016), a grande reatividade à igualdade de gênero se tornou transversal a muito campos e políticas governamentais, porém a preocupação central dos conservadores é com a educação e, em menor medida, com os meios de comunicação de massa.

Como marco de sua implantação e do seu alcance a leigos na América do Sul, tem-se o lançamento do livro “La ideologia de género o el género como herramienta de poder” do advogado pró-vida argentino Jorge Scala em 2010, traduzido ao português pela editora católica Katechesis em 2011, sob o título “Ideologia de gênero: neototalitarismo e a morte da família”. Essa obra está alinhada a ideias dogmáticas de ultraconservadores religiosos, cujo um dos expoentes é Joseph Ratzinger, cardeal muito próximo ao papa João Paulo VI e encarregado por velar pela ortodoxia da fé católica<sup>10</sup> desde os anos 1980 até o início de seu próprio pontificado (2005-2013, papa Bento XVI), quando instituiu fortemente suas orientações à Igreja.

## Meios de Comunicação e Educação

A cada minuto, assiste-se a casos de violência e discriminação contra as mulheres, as sexualidades não hegemônicas, aos modos de vida e as aparências corporais não tradicionais em ambos os países. Hoje, tais casos compõem cifras enormes e fazem parte da pauta dos meios de comunicação, assim como têm sido apontada a necessidade urgente de medidas a eles preventivas no âmbito educacional. Contudo, de que modo aparecem nesses espaços sociais e que debates incitam?

Uma leitura crítica das “pedagogias da crueldade” (SEGATO, 2017), atuantes nos meios de comunicação para ensinar à audiência a não ter empatia com a vítima, a qual acaba sendo revitimizada pela banalidade e a espetacularização das abordagens oferecidas aos casos, favorece novas

reflexões inclusive sobre a atual fase do capitalismo. Trata-se da fase em que há investimento em tornar os sujeitos insensíveis e cruéis, em que o enriquecimento e a acumulação ocorrem por desapropriação, pela abolição das relações interpessoais, comunitárias e pela incapacidade de se colocar no lugar do outro. Presentes de modo semelhante pelos aspectos ora abordados no Brasil e na Argentina, essas pedagogias tendem a fixar e justificar condutas violentas e falsamente normatizadas para não perturbar a ordem patriarcal vigente e ser funcional ao capitalismo, rematando as vítimas por vários dias e incitando a mimesis desses crimes na sociedade, alcançando números epidêmicos.

Conforme mostra Cremona (2013), há um vínculo direto entre o conteúdo dos meios de comunicação, a violência contra corpos femininos e o ensino de papéis e estereótipos que se (re)produzem em todos os âmbitos cotidianos, incluindo a escola como participante da formação de processos subjetivos. Tais pedagogias elegem esses corpos exatamente para separar a crueldade sobre eles da violência instrumental, uma vez que sua finalidade não é eliminar um antagonista bélico (a exemplo, um ladrão ou um soldado) ou obter benefício material (a exemplo, de roubos), mas a crueldade pela mera crueldade.

Nos meios de comunicação, essas violências e discriminações se instalaram por meio da veiculação de imagens e narrativas sobre vítimas destruídas a golpes e sangue, bem como por motivação passional. Essa representação extrema não se associa com os micros e rotineiros gestos, que naturalizam a argamassa das desigualdades e automatizam o sexismo (SEGATO, 2003). Além disso, outras imagens e narrativas ocupam o espaço do imaginário voltado à rotina perfeita da esfera doméstica, como a mãe abnegada e a avó bondosa, tendo ênfase o modelo familiar na heterossexualidade. Estas se contrapõem às cenas de mulheres com apelo sexual, objetificadas e que parecem não ter família, ou serem empresárias ou políticas ambiciosas, a quem se atribui transtornos emocionais que as leva a optar pelo desenvolvimento pessoal em detrimento da maternidade.

As violências e discriminações assim retratadas conquistam as subjetividades das audiências, as tópicos dos discursos sociais e os princípios das políticas públicas, que indicam como deve ser a gestão dos corpos, as atitudes frente ao aborto, a clandestinidade de certas relações

sexuais e afetivas. Colam-se aos mandatos sociais em torno do desacato das vítimas à lei patriarcal, quer seja por desejar liberdade para estudar, se divorciar ou experienciar a sexualidade autonomamente, e da passionalidade dos agressores. Essas representações sobre mortes cruéis e feminicídios ainda não são tratadas na condição do que realmente são: relatos que dão estabilidade ao heteropatriarcado, juntamente à economia capitalista de consumo e controle das corporalidades, sendo estes territórios a serem apropriados não por seus próprios sujeitos, mas por donos que expressam por meio delas sua dominação e, assim, se masculinizam (CREMONA e GARIGLIO, 2016).

A partir dos enquadramentos dos meios de comunicação, em geral, se fala desses casos praticamente como ficções, realizando suas coberturas de modo carregado de sensacionalismo, aura novelesca e mistério, recortando-os da antiga trama geopolítica em que se inserem, ou seja, o sacrifício, a crueldade e o descarte das mulheres e dos corpos femininos enquanto dinâmica estrutural do patriarcado (SEGATO, 2014). Assim, gênero e sexualidade se tornam temas guetificados e apontados como de interesse apenas para aqueles grupos em que esses casos são vivenciados – os inadaptados, os inconformados e os que não se silenciam (as feministas, as mulheres negras e pobres, indígenas, as pessoas LGBTQs etc).

Embora noticiem violências e discriminações de gênero, os meios de comunicação corroboram com o machismo tão potente nas nossas sociedades ao não alcançarem os avanços normativos e não darem uma guinada em suas perspectivas de “dar a notícia”, fazendo prevalecer o patriarcado, a heterossexualidade e a moralidade como ideias do correto e do projeto social aspirado, que se funde com maior individualidade e regras do mercado capitalista. Além disso, estimulam o tratamento do tema por uma base meramente punitivista, tanto que, quando os casos tomam relevância na agenda midiática, o conservadorismo político aproveita para difundir a necessidade de maior encarceramento, diminuição da idade criminal, aumento das penas, limitações do expediente da liberdade condicional etc. Os agressores, comumente mostrados como demoníacos, monstruosos, maníacos, psicopatas, enfim, fora de possibilidade de ressocialização e de alcance da dita humanidade. Tornam-se sujeitos que apenas forças espirituais e sobrenaturais poderiam de fato conter ou

modificar em um embate celestial entre o Bem e o Mal, abrindo espaço para sentidos oriundos do fundamentalismo religiosos e cabendo ao Estado apenas o encarceramento e, não, outras formas de responsabilização, transformação e reinserção social (SUÁREZ et al., 1999; MONTORO, 1999; LOPES, 1999).

Há ainda a abordagem dos casos por classe social das vítimas. Quando essas são de áreas periféricas, é comum serem apresentadas como aquelas que abandonaram o colégio, que gostavam de festas e que se colocavam em ambientes de risco, justificando indiretamente suas mortes e desqualificando suas vidas. Ao se referir a vítimas de classes mais abastadas, há descrições distintas, nas quais se fala sobre seus planos de viagens, profissionais e acadêmicos, bem como que eram pessoas ligadas a suas famílias e à religião. Nesse núcleo de sentido, as mortes estão envoltas em ares de tragédia e as vítimas são mostradas mais dignas de estarem vivas e suas mortes mais legítimas de serem lamentadas (CREMONA e GARIGLIO, 2018). Afinal, as mulheres devem sempre provar que são descentes, portadoras de moral e que não incorrem em transgressões sexuais, o que lhes confere o merecimento da vida e a possibilidade de certa empatia. Só que fazem recair muito dúvidas sobre a dignidade de mulheres pobres, negras e independentes de relações familiares e religiosas, sendo suas vidas mais precárias (BUTLER, 2015) que as de outras mulheres em condições sociais e raciais inclusivas, pelo ângulo que são focadas nas notícias.

Enunciar a correlação entre gênero, violência, concentração econômica e capital racial, assim como refletir a seu respeito enquanto uma problemática da existência humana, não só de grupos específicos, é uma das tarefas urgentes, tanto de problematização teórica como de alcance político por evidenciar o fundamento do modo pelo qual se organiza e se reproduz o poder. Butler (2017) mostra que pensar a realidade atual, o triunfo eleitoral de Donald Trump e o avanço da direita nas economias mundiais, exige ampliar o olhar para a articulação entre o patriarcado, o capitalismo e a heteronormatividade, que buscam a todo custo manter seus privilégios habituais. Mas, tal correlação tem sido indiferente às estratégias midiáticas de enunciação das notícias, contribuindo para a propagação de que os estudos feministas e de gênero são simplesmente “ideologia de gênero”.

Isso também tem ocorrido no campo da educação, o que se mostra uma das razões possível para se compreender o motivo de pessoas adultas, em etapas superiores do ensino, verem essas questões de modo fragmentado uma da outra e apenas como temáticas soltas e desarticuladas de seus cotidianos, sem questionar os meios de comunicação. Essas questões não são abordadas nos bancos das escolas e universidades como conhecimentos essenciais e estruturais sobre nossas sociedades, sobre nossas visões de mundo e sobre a vida (CREMONA e GARIGLIO, 2018; ALMEIDA e BANDEIRA, 2004).

Na esfera da educação, em que são esperadas medidas de orientação, mudança de mentalidades e prevenção à violência e discriminação de gênero para as atuais gerações adultas e para as mais novas, depara-se hoje com impedimentos levantados explicitamente em nome da ofensiva à “ideologia de gênero” em ambos os países. Afinal, a escola é o lugar onde a discussão de gênero pode fazer a diferença para novas compreensões e atuações, barrando a reprodução dos preconceitos e das opressões para a constituição de uma sociedade mais igualitária, inclusiva e menos violenta. Um projeto que defende retirar a problemática de gênero das escolas compactua, portanto, com a dramática situação da violência e discriminação em ambos os países, além de se opor à valorização da laicidade, do pluralismo, do caráter público e cidadão da formação educacional. Contudo, é uma iniciativa em torno da qual podem se reunir vários setores sociais e com diferentes propósitos, especialmente aqueles com concepções antipolíticas, que se dizem não ideológicos ou anti-ideológicos (JUNQUEIRA, 2018).

Recentemente, em setembro de 2017, o arcebispo metropolitano da arquidiocese de La Plata (Argentina), Monsenhor Aguer (de provada relação de cumplicidade com a última ditadura cívico-militar na Argentina) proibiu pelo decreto 096/2017, que nas escolas católicas e nas que estão vinculadas a congregações religiosas se ensine “teoria de gênero” e textos que a fundamentam, uma vez que lhe competiria zelar pelas crianças. Em substituição, estabeleceu que na matéria de “Educação para o amor, a castidade, o matrimônio e a família” se siga a doutrina da Igreja Católica. Contudo, esse decreto é contraditório com a Lei de Educação Sexual Integral sancionada na Argentina em 2006.

No Brasil, várias iniciativas nos legislativos municipais, estaduais e federais têm tentado regulamentar políticas de ensino, currículo escolar e disciplinas que sejam vistos como associados à “ideologia de gênero”, aos termos “gênero” ou “orientação sexual”. Para o Movimento Escola Sem Partido (Mesp)<sup>11</sup>, discutir feminismo e homofobia é doutrinação ideológica e imposição da “teoria de gênero” no ambiente educacional, mesmo sendo este também espaço constante de opressão às mulheres e discriminação sexual, inclusive no nível universitário (ALMEIDA, 2017). Miguel (2016) mostra que essa preocupação da Mesp é mais recente e se fundiu à denúncia inicial de doutrinação marxista nas escolas, ao levantar ideias de que a dissolução moral sexual convencional seria um passo da estratégia comunista e ganhar assim maior ressonância popular.

Trata-se de um movimento para silenciar vozes, garantir estabilidade ao status quo e manter o conformismo social, cultural e intelectual em tempos anteriores à ordem secular e democrática. Não há dúvidas de que o ensino deve-se voltar para a emancipação crítica dos sujeitos, combatendo o pensamento enciclopédico, elitizante e patriarcal das pedagogias e dos conteúdos fragmentados e familistas tradicionais, com docentes que não sejam meros repassadores de informações, nem estudantes, receptáculos vazios. Afinal, educar em compromisso com a emancipação do sujeito, a equidade e a justiça social é estimular a análise da complexidade das desigualdades de gênero e das orientações sexuais, garantindo liberdade para o pensamento e o agir autônomo e responsável consigo e o outro, o qual é sempre diverso ao núcleo familiar.

Essas discussões chegaram à pauta da elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014 a 2024. Tal documento visa, em regime de colaboração entre os entes federados, estabelecer metas de expansão e melhorias educacionais, dentre elas justamente a diminuição de desigualdades, sendo que as opressões voltadas às mulheres e grupos LGBTs fazem parte da realidade nacional. Apesar disso, após forte pressão de setores conservadores e da bancada religiosa no Congresso Nacional, a palavra “gênero” foi retirada do PNE, alegando-se que se tratava de uma “ideologia” que contraria a “identidade biológica natural” de homem e mulher e que tais assuntos não deveriam ser competência da escola, mas das famílias.

Apesar do discurso inicial sobre neutralidade política e ideológica da “Escola Sem Partido”, aos poucos vai cedendo lugar para a noção de primazia da família sobre a escola (MIGUEL, 2016), revelando notório o viés conservador e moralista de suas investidas, fomentando modelos únicos de comportamento e a insensibilidade com a diversidade. Haja vista que há uma confusão quanto às terminologias de “sexo biológico” e “gênero”. A sexualidade é vista como questão de moralidade (por isso, “deveria ficar” a cargo dos pais) e não como uma construção social plural, que se estabelece e modifica historicamente em meio a diferentes relações de poder em que todas as pessoas estão imbricadas desde a mais tenra infância (FOUCAULT, 1976/2014), conforme afirmam conhecimentos consolidados nas Ciências Sociais e na Psicologia.

De modo também direto, tem-se o fato de que, no artigo oitavo da Lei 11.340 de 2011 – Lei Maria da Penha, o pilar fundamental para coibir a violência contra as mulheres é a necessidade de destacar “nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça/etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher”. Ainda que leis estejam vigentes para nortear o caminho para novas sociabilidades e representações a respeito dos gêneros e das sexualidades, é significativa a resistência à mudança por parte do Estado, instituições, meios de comunicação, mercado e grupos religiosos conservadores.

Afinal, se há algo comum à construção da masculinidade na perspectiva do patriarcado é o mandato dos homens e das entidades patriarcais dos diversos grupos sociais em controlar, depredar, violar as mulheres e os corpos feminizados (seus tempos, suas sexualidades, suas possibilidades, suas amizades etc.), de maneira direta ou sutil, exibindo-se assim masculinos e poderosos. A masculinidade hegemônica se prova a partir de condutas que justamente violam a moral, uma vez que ser homem ou entidade patriarcal nessas sociedades é arriscar-se nas transgressões das normas, instituir suas próprias regras arbitrárias e ter condutas dominadoras sobre objetos e territórios, a começar sobre os corpos desumanizados e considerados terra de conquista (SEGATO, 2003).

Essas configurações e práticas conservadoras no Brasil e na Argentina evidenciam a pouca influência dos avanços normativos no terreno profundo

em que o patriarcado, em associação com o Estado, a Igreja, os meios de comunicação e o capitalismo, demarca em nossos imaginários e nas nossas relações sociais rotineiras. Isso não significa que os avanços normativos, por exemplo, a Lei da Identidade de Gênero na Argentina, o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo ou a despenalização do aborto em ambos os países, venham romper em definitivo com o julgamento moral ou com os preconceitos a respeito desses temas. Mas, por intermédio desses instrumentos jurídicos, bem como de novas perspectivas nos meios de comunicação e no campo da educação, instala-se a agenda pública e dá-se um marco de possibilidade a outras retóricas e outros sentidos de mundo, desestabilizando os reducionismos simbólicos, a rigidez da objetificação humana e a crueldade da ordem vigente.

### Considerações finais

Tanto no Brasil como na Argentina há avanço de discursos, ações e representações retrógradas em diversos campos sociais e no espaço público. Desde o fim das ditaduras militares nos anos 1980 em ambos os países, o combate à desigualdade e a defesa dos direitos humanos formaram a base de certo consenso entre grande parte das forças políticas. Contudo, após os anos 2000, começa a se expandir a ideia de que a desigualdade não existiria, mas seria, na verdade, a vulga meritocracia. Em paralelo, a ideia de que os direitos humanos concederiam proteção indevida a bandidos, colocando em risco as sociedades nacionais, o que incitou a instalação de um pânico moral e um campo discursivo de ação (MISKOLCI e CAMPANA, 2017).

Além disso, começa a se manifestar de forma intensa o fundamentalismo religioso cristão, que não se abre ao debate e se posiciona radicalmente em oposição ao aborto, a diferentes tipos de família e ao combate à homofobia, o que poderia ser apenas uma manifestação pontual de excentricidade, de retorno ao passado e à ortodoxia de crenças.

Porém, recentemente, o movimento contra a “ideologia de gênero” tem procurado amenizar sua origem, baseada em princípios particulares da fé católica e iniciada no Vaticano, embasando seu discurso sobre a naturalização dos sexos em argumentos ditos científicos, quer no campo biológico, psicológico ou sociológico. Em simultâneo, o movimento tem se mostrado preparado para enfrentar um desafio ético contemporâneo diante do que é visto como um problema social grave a se estabelecer com a

ruptura dos tradicionais papéis e concepções sobre as categorias homem-mulher, bem como sobre a família heteronormativa.

Trata-se de uma disputa, segundo Miguel (2016), movida em um terreno pré-político, de cruzada moral em que a família é considerada entidade principal, cujos direitos suplantam as garantias individuais de seus membros. Representação, esta, idealizada de família presente no imaginário popular e que apenas foi um pouco desestabilizada com o avanço das lutas pela garantia às mulheres a uma vida sem violências a partir da abertura democrática.

Por adotar caráter de uma simbólica reducionista, a expressão “ideologia de gênero” pode operar como elemento de articulação de cadeias discursivas que aglutinam diversas demandas políticas e propiciar a adesão em seu redor de atores distintos, facilitar instrumentalizações e revestir as narrativas de aparente coerência. Isso contribui para que grupos leigos, políticos e de gestores públicos, entre outros, somem-se à defesa da ordem sexual e da “família natural” e ajam orientados, aparentemente, por nortes legais, técnicos e a favor do interesse público.

Ao lançar mão dessas estratégias recentes, o movimento tem possibilitado a aliança com atores conservadores não necessariamente religiosos, como grupos defensores do maior armamento, do aumento do punitivismo e do agronegócio. Afinal, há uma convergência entre neofundamentalismo religioso e neoliberalismo, tanto que esse tipo de “defesa da família” tem sido construído conjuntamente nos planos moral e socioeconômico, fixando a figura da mulher ainda mais nas representações patriarcais de maternidade, submissão, cuidados e de pilar familiar (JUNQUEIRA, 2018).

No atual mundo capitalista, no qual se vê imensa precariedade da vida humana, o neoliberalismo deseja a diminuição do papel do Estado nas relações econômicas, no provimento dos serviços e no enfrentamento às desigualdades, mas o convoca para regular fortemente a esfera da moralidade. Para tanto, o fundamentalismo cristão se mostra essencial para auxiliar a sua sustentação.

Diante desse complexo cenário, fica evidente que o campo da Comunicação e o campo da educação se constituem em arenas extremamente disputadas por diferentes interesses e compromissos. Logo,

reflexões que estabeleçam o diálogo e realizem análises a respeito dessas investidas patriarcais, religiosas e capitalistas, bem como reflexões sobre ações de resistência a elas, devem ensejar cada vez mais o pensamento crítico e aprofundado entre acadêmicas/os de países da América do Sul.

## Referências

[ALMEIDA, T. M. C.](#); [BANDEIRA, L.](#) Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos. In: ALMEIDA, T.M.C.; BANDEIRA, L.; MESQUITA, A. (Org.). Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da região Centro-Oeste. Brasília: AGENDE, 2004.

[ALMEIDA, T. M. C.](#) Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, C. et al. (Orgs.). Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília: Technopolitik, 2017.

BUTLER, J. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. Entrevista a Judith Butler “Trump está liberando un odio desenfrenado” Realizada por Revista Zeit. 2017. Versión original <<http://www.zeit.de/kultur/2016-10/judith-butler-donald-trump-populisminterview>> – Versión en español: <<http://revistapaquidermo.com/archives/13308>> Acesso em: 20 mar. 2018.

CREMONA, F. ¿De qué hablamos cuando hablamos de género? El género en la comunicación cotidiana, una articulación indispensable para la transformación social. En Discapacidad, Justicia y Estado. Género, mujeres, niñas y niños con discapacidad (arts. 4, 6 y 7 CDPCD). Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, p. 3, a 30, 2013.

CREMONA, F.; GARIGLIO, R. Comunicación/educación desde una epistemología de género. Comunicación, Crítica y Discurso. Universidad de La Frontera, Temuco. [no prelo] 2018

FOUCAULT, M. História da sexualidade, A vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 1976/2014. v. 1.

JUNQUEIRA, R. D. Entrevista A Gênese de uma categoria. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704>>: Acesso em: 25 mar. 2018.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Lei Maria da Penha. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2018.

LOPES, A. C. Violência contra mulheres na mídia impressa. In: SUÁREZ, M. e BANDEIRA, L. (Orgs.). Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15 e Editora Universidade de Brasília, 1999.

MISKOLCI, R. e CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Revista Sociedade e Estado. v. 32, n. 3, set/dez, p. 725- 747, 2017.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaga no parlamento brasileiro. Direito & Práxis. Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016.

MONTORO, T. Notícias de violência: uma leitura. In SUÁREZ, M. e BANDEIRA, L. (Orgs.). Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15 e Editora Universidade de Brasília, 1999.

NAGIB, M. Quem Somos. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SCALA, J. La ideología del género. O el género como herramienta de poder. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

SEGATO, R. Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Buenos Aires: Prometeo 3010 y Universidad Nacional de Quilmes. 2003.

SEGATO, R. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. En AA.VV. Horizontes del feminismo nuestroamericano (s/n). Antología crítica. Editorial La otra orilla. 2014. Disponível em <<http://bibliotecafeminista.com/horizonte-del-feminismo-nuestroamericano>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SEGATO, R. Entrevista a Rita Segato: [En los medios existe una pedagogía de la crueldad](#). 2017. Disponível em <<http://perio.unlp.edu.ar/node/4602>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

SUÁREZ, M. et al. A noção de crime sexual. In SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. (Orgs.). Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15 e Editora Universidade de Brasília, 1999.

# **MÍDIA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A COBERTURA JORNALÍSTICA DOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL E NO REINO UNIDO**

Katia Maria Belisário  
Kaitlynn Mendes

## **1 Introdução**

Os dados estatísticos de violência doméstica contra mulheres no Brasil e no Reino Unido são impressionantes. No Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é vítima de violência doméstica, de acordo com pesquisa conduzida pelo Instituto Avon/IPSOS (2011). Uma mulher é assassinada a cada duas horas e foram 4.657 homicídios de mulheres, ou feminicídios, em 2016, segundo o Instituto Patrícia Galvão, com base no Anuário de Segurança Pública (2017), apesar de só 12% terem sido computados. No Reino Unido e País de Gales duas mulheres são mortas a cada semana por seus companheiros, ou ex-companheiros, 1.2 milhões de mulheres foram vítimas de violência doméstica até março/ 2016 e ainda, um entre dez crimes registrados pela polícia trata de violência doméstica, de acordo com Crime Survey for England and Wales: Year Ending March 2016. A situação de